

Contributos para a construção de um **Projeto Educativo Local** de uma **Cidade Educadora**







Grupo temático do PEL:

Almada
Azambuja
Barcelos
Câmara de Lobos
Évora
Lisboa
Loulé
Loures
Palmela
Paços de Ferreira
Sesimbra
Setúbal
Oliveira de Azeméis
Torres Vedras
Vila Nova de Famalicão
Odemira

Equipa de Trabalho:

Câmara Municipal de Évora (Coordenação)
Câmara Municipal de Loulé
Câmara Municipal de Lisboa
Câmara Municipal de Odemira
Câmara Municipal de Palmela
Câmara Municipal de Sesimbra

Colaboração de: Isabel Vieira, Universidade Católica





ÍNDICE

1. Introdução	09
2. Definição de conceitos	11
i. Dimensões	11
ii. Princípios e objetivos	12
iii. Enquadramento legal	13
iv. Metodologia	13
3. Linhas orientadoras (em grelha)	14
i. Diagnóstico	14
ii. Conceção da estratégia	16
iii. Construção e execução	17
iv. Avaliação	18
4. Conclusão	19





NOTA PREAMBULAR

No dia 4 de maio de 2012, em reunião realizada na Câmara Municipal de Lisboa, foi decidida a criação do Grupo Temático do Projeto Educativo Local, que seria coordenado pela Câmara Municipal da Azambuja.

A criação deste grupo correspondia ao plano de atividades da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE) que visava a criação de grupos temáticos, com vista a um trabalho mais eficaz e eficiente, em temáticas de interesse para alguns municípios que integram a Rede.

Entre essa data e julho de 2013 foram realizadas 5 reuniões do grupo, que conta, atualmente, com 16 municípios e onde foram apresentadas visões mais académicas ou outras mais práticas, de alguns instrumentos, da mesma natureza, postos em prática em Portugal e em Espanha.

Considerou-se, então, que o Grupo deveria produzir um referencial teórico-prático para a construção de um Projeto Educativo Local assente na Carta de Princípios das Cidades Educadoras, que pudesse ser útil às cidades que integram a Associação Internacional das Cidades Educadoras. Para a sua produção foi constituída uma pequena equipa que integra os municípios de Odemira, Sesimbra, Palmela, Loulé, Lisboa e foi coordenada por Évora.

O documento que aqui apresentamos é o resultado desse trabalho que, a partir de fevereiro de 2015, contou com a preciosa ajuda de Isabel Vieira, professora auxiliar da Universidade Católica, especialista em intervenção social e desenvolvimento local.

A Equipa de Trabalho

- Sancho Gonçalves Gomes (Évora)
- Judite Álvares (Lisboa)
- Luísa Martins (Loulé)
- Maria José Travanca (Palmela);
- Sandra Neto (Sesimbra)
- Helder Guerreiro (Odemira)





(1) INTRODUÇÃO

A Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras tem, entre outras, uma característica que a distingue das demais redes territoriais: a sua dinâmica de reflexão em grupos temáticos. Este modelo permite que conjuntos de municípios intensifiquem o debate, a troca de experiências e de ideias sobre um determinado tema, neste caso o Projeto Educativo Local.

A construção de um projeto educativo local é a mais relevante atividade que os diferentes parceiros de um território podem empreender. O desígnio de construir uma ideia, determinar metas, definir caminhos para concretizar objetivos, construir ações e envolver todos é, definitivamente, um desafio absolutamente central no desenvolvimento dos territórios. Das cidades!

As cidades educadoras podem e devem liderar esta abordagem de “governança colaborativa” em torno da construção de um projeto que deve ter como base o desenvolvimento da comunidade e como princípio a educação.

Como é que podemos oferecer percursos de qualidade a todas as crianças e jovens da nossa cidade? Como é que podemos desenvolver/construir oportunidades educativas e formativas para todos os cidadãos da cidade/território? Como podemos motivar e mobilizar todos os grupos etários e identitários?

Estas são perguntas centrais que devem presidir à construção desse projeto de desenvolvimento socio-comunitário a que convencionamos chamar “Projeto Educativo Local”.

Esta reflexão que fizemos e que agora termina abre espaço para que nunca tenhamos uma discussão fechada.

Fizemo-lo com empenho e com vontade que este trabalho seja, de facto, o início de uma fase de discussão mais focada e mais orientada para a reflexão coletiva.

Fizemo-lo acreditando que o nosso contributo marca a possibilidade de todos poderem, nos seus territórios, encontrar, mais facilmente os caminhos de construção de uma rede local de parceiros que tenha intencionalidade, que tenha os princípios de uma relação entre atores que conhecem e aceitam os seus papéis diferenciados e, acima de tudo, que tenha o compromisso de todos como o “coração” do projeto!

Os municípios de Évora, Loulé, Odemira, Palmela, Sesimbra e Lisboa, deixam, neste documento, o seu legado para uma oportunidade de irmos a discutir a pertinência de um projeto educativo local, o seu modelo adequado e as experiências que uns e outros têm, tiveram e vierem a ter.

Este é o princípio da rede: a relação entre pares pelos outros. Fizemo-lo assim!





(2) DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

Como idealizamos a cidade educadora? Como «um espaço de encontro e partilha, de transmissão de sabores e saberes, onde há diversidade, movimento, oportunidades e animação. A cidade é inovadora, sustentável, inclusiva e política; é de todos e para todos os cidadãos; é geradora de bem estar e felicidade».

(Definição feita pelo Grupo de trabalho que elaborou esta matriz, no encontro que teve lugar em Évora, em 27 de fevereiro de 2015)

Como é definida A Cidade Educadora ?

«Uma cidade liderada pelos seus representantes democráticos, que estimula e oferece vias de realização da capacidade educadora (em sentido amplo), de todos os membros da cidade, tanto individual como colectivamente» (AICE, 2013)

2.1 - DIMENSÕES DE UM PROJECTO EDUCATIVO LOCAL

Como concebemos a utilidade do PEL?

1. Como projeto de transformação social. Instrumento potenciador e facilitador da transformação do espaço público, nos seus aspetos educativos, sociais, de coesão e concertação social
2. Como projeto de promoção da coesão social. Melhorar a qualidade e a quantidade das relações entre cidadãos e entidades e entre estas e o município
3. Como resposta a necessidades concretas do município. Instrumento adaptável, facilmente atualizável e sistematizador da oferta educativa municipal
4. Como eixo transversal à cidade. Trabalhar a educação como algo intrínseco à cidade, permitindo conhecer a identidade educadora do concelho
5. Como projeto participativo, relacional e dialógico
6. Como projeto estratégico, vinculado a um modelo global de cidade e de sociedade.
7. Como instrumento definidor de políticas educativas, para a infância, juventude, idade adulta e velhice
8. Como instrumento de centralização da educação: recentralização estratégica da educação na agenda da cidade e da comunidade
9. Como espaço de trabalho e de ofertas educativas. Espaço de sistematização das ofertas, coordenação e ação conjunta entre os diversos agentes que assumem a educação como sua prioridade ou eixo transversal
10. Como diagnóstico da cidade: diagnóstico efetivo da cidade (“mapa educativo”), que permitirá a planificação futura e a elaboração de estratégias políticas
11. Como instrumento de territorialização da educação. O planeamento educativo do concelho é feito em concertação com os agentes locais, animadores e empreendedores
12. Como instrumento de efetivação da Carta de Princípios das Cidades Educadoras.



(2) DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

2.2 - PRINCÍPIOS E OBJECTIVOS

Consideramos que os princípios subjacentes à construção de um PEL de uma Cidade Educadora estão já definidos na Carta das Cidades Educadoras.

Por isso, não nos parece fazer sentido procurar outros. Importa, outrossim, sistematizá-los em mensagens simples, curtas e facilmente compreensíveis. Assim, por uma questão estratégica, identificamos quatro pilares do PEL: a Educação, a promoção cultural, a defesa das condições existenciais que garantem a dignidade humana e o bem comum, e as políticas municipais educativas. Estes quatro pilares ou áreas estratégias de ação, agregam-se em 24 princípios aqui traduzidos nos objetivos que devem ser o substrato intelectual e ético de um projeto educativo local, norteando a intervenção.

1. Educação para todos e ao longo da vida (integrando uma visão holística da pessoa humana);
2. Educação informal, não formal e informal (todas as vias de descoberta da realidade);
3. Educação na diversidade (aceitação das diferenças e dos diferentes e a transversalidade da interculturalidade);
4. Promoção cultural;
5. Promoção da identidade e da alteridade, como fatores de coesão;
6. Promoção do desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os cidadãos;
7. Promoção da participação, assente em princípios éticos e cívicos;
8. Promoção do diálogo e cooperação intergeracional
9. Promoção do voluntariado (como dádiva e colaboração social gratuita)
10. Promoção do associativismo e cooperativismo
11. Promoção da orientação pessoal e profissional
12. Promoção da formação em valores democráticos e práticas de cidadania inclusiva
13. Promoção da cooperação municipal e internacional: abertura a outras cidades e a cidadãos de outras nacionalidades
14. Garantia da qualidade de vida e direitos fundamentais (saúde, habitação, trabalho, segurança, etc.), em equilíbrio com o ambiente natural;
15. Garantia de equilíbrio entre necessidade de proteção e autonomia (fornecendo uma interpretação razoável da realidade, sem dirigismos);
16. Garantia das acessibilidades e das oportunidades (em equidade);
17. Políticas municipais inspiradas em princípios de justiça social, civismo democrático, qualidade de vida e promoção dos habitantes;
18. Decisão informada, conhecedora das necessidades e transparente, devendo ter em conta impactos educativos;
19. Responsabilidade partilhada entre administrações e cidadãos;
20. O ordenamento urbano atento às necessidades de acessibilidade, encontro, relação, jogo e lazer e de uma maior aproximação à natureza;
21. Articulação entre planeamento educativo, necessidades sociais e necessidades do mercado
22. Atenção aos fenómenos de exclusão e promoção da coesão social e da integração;
23. Projetos de formação para famílias, educadores e serviços públicos;
24. Construção de um Projeto educativo que integra a Administração, a população, as instituições e os agentes económicos e sociais locais;



(2) DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

2.3 - ENQUADRAMENTO LEGAL

- A Constituição da República Portuguesa
- A lei de bases das competências e atribuições das autarquias locais
- Lei de bases do sistema educativo
- Carta dos Direitos Humanos, Carta da Terra, Carta da Cultura
- Carta das Cidades Educadoras

2.4 - METODOLOGIA

- O PEL utiliza a metodologia de projeto. Um projeto é uma representação antecipadora, é a imagem de um processo de transformação do real. O projeto desenha um conjunto de ações socialmente organizadas que permitem chegar a uma situação desejável. Este é um processo de ação coletiva, de intervenção numa dada realidade, que se propõe a dotar os participantes de novas competências para mobilizar novos recursos para a comunidade.
- O projeto educativo local associa quatro metodologias: o planeamento, a participação, a avaliação e a governação democrática.
- As dinâmicas associadas a estas metodologias começam com um pequeno grupo coordenador e facilitador do PEL a nível interno e externo. Nas dinâmicas internas, dentro da organização autárquica, o grupo promove a transversalidade das diferentes estratégias de ação educativa entre pelouros; nas dinâmicas externas, o grupo intervém a três níveis: junto das escolas (conselho geral de escola, conselho municipal de educação e projeto educativo - conciliação do projeto da escola e as linhas de ação estratégica do PEL no território), junto das instituições e organizações de ensino artístico e formação, (cruzar educação, formal, não formal e informal), junto das organizações de ação social e dos empreendedores económicos (reforçando a rede local e o know-how e aumentando o capital social).

A operacionalização do PEL compreende quatro fases: planeamento e diagnóstico, conceção da estratégia de atuação, construção e execução, avaliação.



(3) OPERACIONALIZAÇÃO E LINHAS ORIENTADORAS

3.1 - PLANEAMENTO E DIAGNÓSTICO

	Dimensão	Etapas	Ação	Descrição
a)	Caracterizar a população a partir do Diagnóstico Social, Carta Educativa e outros documentos estratégicos (PDM, Plano Estratégico, Carta Desportiva, etc.)	Caracterizar a população em função de faixas etárias, condições socioeconómicas, escolaridade	Construção de ficheiros e mapas de dados estatísticos Análise de dados	Consulta Documental Análise de dados
b)	Identificar atores privilegiados	Identificar e inventariar todos os agentes que promovem, no território, projetos e ações educativas, estruturados em Educação Formal, Não formal e Informal	Criação de grupo de trabalho em rede para troca de informação e definição de linhas de cooperação	Contactos personalizados; Focus group Reunião para apresentação do projeto; concertação da entidade que tutela o PEL (assembleia de consórcio?); constituição de equipa de trabalho interinstitucional. Caracterização das redes escolar e formativa, bem como as ofertas cultural, social e formativa.
c)	Identificar Projetos/Programas desenvolvidos na Comunidade	Levantamento dos Projetos junto das diversas instituições Identificação das dinâmicas sociais a nível local	Compilação dos projetos por áreas sectoriais (temas)	Contactos com instituições e levantamento de <u>RECURSOS</u> municipais por áreas e públicos
d)	Identificar problemas e necessidades	Elaboração e aplicação de questionário ou outras técnicas de diagnóstico definidas em função dos objetivos e públicos	Tratamento da informação; análise de dados e divulgação	Conceção, aplicação e tratamento de questionário; análise de conteúdo e elaboração de relatório



(3) OPERACIONALIZAÇÃO E LINHAS ORIENTADORAS

e)	Identificação de indicadores, cruzando com os passos anteriores	Resultados escolares	Construção de bateria de indicadores por cada uma das dimensões do diagnóstico. Fazer registo através de página WEB, ficheiros, base de dados, newsletter	Análise estatística; Questionários; Steering groups, análise SWOT.
		Índice de alfabetização/escolarização		
		N.º de entradas em teatros, exposições, museus (etc.)		
		Projetos socioeducativos		
		Oferta formativa existente no território		
		N.º de Ações de sensibilização / informação / divulgação		
		N.º de Exposições temáticas		
		N.º de Ateliers / oficinas temáticas / ações de formação		
		N.º de Materiais publicados		
		N.º de Participantes		
		N.º de Realização de visitas orientadas		
		N.º de Voluntários e outros agentes envolvidos		
		N.º de novas práticas adquiridas nos serviços municipais		
Grau de Concretização = $(N.º \text{ atividades previstas e realizadas} / N.º \text{ atividades previstas}) * 100$				
f)	Partilha e devolução de informação	Definição de sistema de informação e comunicação. Partilha da informação com públicos-alvo (externa)	Partilha de informação entre os diversos parceiros através de partilha de documentos	Plenário, blog, site, perfil Facebook, etc.
				Partilha de documentos e/ou base de dados entre a equipa
				Reuniões específicas e canais de comunicação numa abordagem top-down e bottom-up



(3) OPERACIONALIZAÇÃO E LINHAS ORIENTADORAS

3.2 - CONCEÇÃO DA ESTRATÉGIA

Dimensão	Etapas	Ação	Descrição	
a)	Potencialidades	Identificação de potencialidades do PEL: Princípios, conceptualização, operacionalização e avaliação	Levantamento das potencialidades do PEL, nomeadamente ao nível dos diagnósticos, sistematização da informação; financiamento; projetos comuns e partilhados através da troca de informação e conhecimentos	Metodologia de projeto; metodologias participativas; diagnóstico empírico; análise swot; árvores de problemas; árvores de objetivos; outros.
b)	Objetivos da Cidade Educadora	PEL deve refletir a postura municipal sobre a cidade educadora e deve "inspirar-se", na definição de objetivos, nos 20 princípios da Carta.	Mapear dinâmicas e estratégias da vida diária da cidade; pontos de encontro e pontos de fuga Apresentar desafios!	Focus Group
c)	Participantes do PEL Públicos-alvo e atores estratégicos	As cidades educadoras assumem que o processo educativo é universal e permanente. Logo, o projeto educativo da cidade é dirigido a todos e construído por todos os cidadãos	Parcerias, potenciais atores e estratégias, momento de encontro de trabalho e divulgação	Metodologia de projeto; metodologias participativas; diagnóstico empírico; análise swot; árvores de problemas; árvores de objetivos; outros.
d)	Definição de Orçamento e Plano de ação	Identificação dos custos e das receitas, das fontes de financiamento e calendarização do fluxo financeiro; construção de um plano de ação, com prioridades	Trabalho em parceria com agendas mensal e anual. Construção de um plano de avaliação. Agendamento de momentos-chave de reflexão, participação e avaliação.	Construção de uma Matriz de Enquadramento Lógico (MEL) em cascata (construir o PEL, a partir do conjunto de ofertas educativas municipais e das ofertas externas e levantamento de recursos técnicos, pedagógicos e físicos que podem ser afetos ao PEL); articulação com os planos de ação de entidades da comunidade



(3) OPERACIONALIZAÇÃO E LINHAS ORIENTADORAS

3.3 - CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO

Dimensão		Etapas	Ação	Descrição
a)	Protocolo e Compromisso Individual e institucional	Assunção do conceito de cidade educadora por parte do executivo e estabelecimento de compromisso entre os diversos agentes e colaboradores	Formalização do PEL que passa por um protocolo, uma carta, uma declaração de compromisso ou outro. Um documento assinado que define o compromisso individual coletivo. Apresentação do projeto publicamente	Planos Individual e coletivo de trabalho; elaboração de projetos; sessão pública para assinatura de um compromisso escrito entre o Município e os parceiros. Dar visibilidade e divulgar
b)	Participação	Todos os atores devem ser envolvidos nas diversas fases do processo	Agenda de trabalho, cronograma e folhas de informação (para devolução aos participantes)	Trabalho deve ser feito por eixos temáticos e setoriais. Plano, execução, divulgação
c)	Visão prospectiva	Definição breve de uma visão prospectiva para a educação no concelho	Imagem e Mensagem O que a cidade quer para educar a cidade	Grupo de trabalho
d)	Linhas orientadoras, princípios e conceitos estratégicos	Identificação dos centros de decisão, Definição de metas e objetivos	Doc. de registo e avaliação.	Avaliação contínua e participada por grupos de trabalho interdisciplinares e interinstitucionais locais
e)	Estratégia e Metodologia	Definição da estratégia e da metodologia a ser seguida para atingir as metas traçadas Partir das interações locais para as dinâmicas transversais Criar o Movimento para lá do momento!	Documento de trabalho com a visão, plano, projeto, programas sectoriais. AGENDA	Propõe-se como metodologia o estabelecimento de eixos estratégicos e temáticos, para trabalho dos Focus Group. Grupos de trabalho e plenário. Metodologia de projeto; metodologias participativas; diagnóstico empírico e abordagem top-down e bottom-up
f)	Plataformas de comunicação	Definição das plataformas de comunicação, devendo ser assente num portal, por motivos de eficácia e de dinamismo. Produção, tratamento, divulgação de informação.	Portal; Facebook; correio eletrónico; SMS; blogs	Produção interna, de uma dos parceiros ou aquisição externa



(3) OPERACIONALIZAÇÃO E LINHAS ORIENTADORAS

3.4 - AVALIAÇÃO

	Dimensão	Etapas	Ação	Descrição
a)	Constituição de um máximo de três equipas: interna, externa e mista com o objetivo de monitorizar a partir do diagnóstico	<p>Avaliação diagnóstica, do processo e dos resultados</p> <p>Avaliar a partir dos indicadores e do registo de processos e dinâmicas e outputs. (A fase de execução é composta pelas dimensões de conceção, construção e implementação, que decorrem como processos que têm de ser avaliados à medida que decorrem e se reestruturam)</p>	<p>Criar parâmetros de avaliação: Monitorização dos princípios, dos processos participativos e dos objetivos concretizados</p> <p>Concretização das ações; Avaliação das ações; partilha da informação; envolvimento da comunidade; bem social; bem comum; participação e acesso.</p>	<p>Têm de ser criados momentos de avaliação participada, no início, no decurso e no final de cada ciclo de projeto.</p> <p>(Avaliação inicial, intercalar e final)</p>



(4) CONCLUSÃO

O que neste documento apresentámos é uma proposta de guião para a construção de um Projeto Educativo, tendo sempre presente a Carta de Princípios das Cidades Educadoras.

Naturalmente que outros percursos são possíveis e até, eventualmente, aconselháveis, dependendo das necessidades, realidade local e idiosincrasias próprias de cada território. Estamos certos de que se continuássemos a refletir sobre este processo, outras propostas daqui sairiam. Contudo, achámos que era tempo de devolver um produto ao Grupo Temático do Projeto Educativo Local e à própria Rede Territorial das Cidades Educadoras (RTPCE). Acreditamos que este documento pode ajudar os técnicos e políticos a delinear e a estruturar projetos educativos para os seus concelhos mantendo os princípios das Cidades Educadoras sempre presentes, não apenas como produto mas também como método.

Porque não é, de todo, um produto acabado, tomamos a liberdade de sugerir uma monitorização feita por este grupo, acompanhando a aplicação do referencial, por parte dos concelhos que assim o en-

tenderem. Parece-nos que será de serventia para os concelhos o aplicarem, uma vez que poderão contar com o apoio de um grupo de trabalho composto por técnicos de diversas autarquias, concretizando verdadeiramente uma rede de parceria. Será, igualmente, útil para o Grupo Temático e a própria RTPCE, uma vez que permitirá avaliar a aplicação desta matriz bem como revê-la, sempre que se mostrar necessário, com vista a torná-la numa ferramenta realmente útil às Cidades Educadoras Portuguesas.

O Grupo de Trabalho

Abril de 2015



Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras
Associação Internacional das Cidades Educadoras